

AVALIAÇÃO DO PROJETO PILOTO DE CRÉDITO RURAL

OTTO GUILHERME KONZEN

INTRODUÇÃO

I. O projeto Piloto de Crédito Rural

Na segunda metade de 1966 foi elaborado no Rio Grande do Sul um projeto específico, de caráter experimental, para testar os efeitos de um acréscimo de disponibilidade de crédito acompanhado de mais intensa orientação e assistência técnicas e cooperação do setor comercial, sobre a produtividade agro-pecuária.

Este projeto, denominado "Projeto Piloto de Crédito Rural", propõe-se os seguintes objetivos:

- 1) — Proporcionar aumentos substanciais no crédito agrícola, sob termos e condições aplicáveis, a fim de conhecer os efeitos do capital insumido sobre a produtividade agrícola;
- 2) — Paralelamente às maiores disponibilidades de crédito, oferecer ao agricultor outros serviços agrícolas (comercialização, extensão rural), necessários para facilitar o uso racional dos recursos;
- 3) — Medir os resultados do Projeto Piloto em relação ao aumento da produtividade, bem como testar sua aplicabilidade em outras áreas e as condições necessárias para o uso geral no desenvolvimento agrícola.

O Projeto Piloto de Crédito Rural, consiste, pois, em uma experiência concreta de disponibilidade maior de recursos financeiros para aplicação na agro-pecuária, acompanhada de outros serviços, para que se possam, após determinado período de funcionamento, estudar os efeitos deste

conjunto de medidas, sobre a produtividade agrícola, e a viabilidade de planos semelhantes para aplicação em termos mais amplos.

O Projeto foi executado no município de Ibirubá, (Planalto Médio do Rio Grande do Sul), iniciando-se as atividades preparatórias (divulgação, orientação aos agricultores e análise dos solos), em Agosto de 1966, e seu pleno funcionamento a partir de 20 de Outubro do mesmo ano, quando foram concedidos os primeiros financiamentos.

O Banco Central do Brasil colocou à disposição do Projeto a quantia de um milhão de cruzeiros novos para serem concedidos aos agricultores através das agências locais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e da União dos Bancos Brasileiros S.A., cabendo a cada agência a aplicação de quinhentos mil cruzeiros novos (NCr\$ 500.000,00).

A liderança do município e as agências de assistência técnica (Secretaria da Agricultura, Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, Ministério da Agricultura), prestaram orientação e assistência em caráter mais intensivo aos agricultores. Também as firmas comerciais adaptaram as fórmulas dos insumos agrícolas às necessidades locais constatadas na análise dos solos, e cooperaram na orientação dos agricultores quando êstes compravam os insumos.

Até 15 de Abril de 1967 o BERGS e o UNIBANCOS tinham concedido um Ibiturá 1.003 empréstimos com os recursos de Projeto Piloto, e mais 261 empréstimos em aplicações de recursos próprios, como mostra o quadro seguinte:

QUADRO n.º 1 — Número e montante dos empréstimos concedidos pelo BERGS e UNIBANCOS em Ibirubá, de 20 de outubro de 1966 até 15 de abril de 1967:

Banco	Recursos	N.º de Emprést.	Valor NCr\$	Média NCr\$
BANRISUL	P. Piloto	455	328.116,00	721,13
BANRISUL	Próprios	255	65.000,00	254,90
AGRIMER	P. Piloto	548	433.770,00	791,55
AGRIMER	Próprios	6	5.000,00	833,33
TOTAL	P. Piloto	1.003	761.886,00	759,61
	(ambos)	1.264	831.886,00	658,13

Nestes seis meses iniciais de funcionamento foram aplicados mais de 75% dos recursos destinados ao Projeto Piloto. Os recursos restantes foram aplicados no semestre seguinte, com reaplicações à medida que o dinheiro voltava aos Bancos.

II. MOTIVAÇÃO PARA O PROJETO PILÓTO

1. *Situação do Setor Primário no Rio Grande do Sul, e necessidade de seu Desenvolvimento:*

O Setor agropecuário do Rio Grande do Sul, apesar de sua grande importância na Economia do Estado (41% da renda total), permaneceu durante os últimos 25 anos quase estático em relação à sua produtividade.

Vários produtos importantes, entre os quais milho e feijão preto, tiveram sua produção média por hectare diminuída no último quarto de século; a produção de arroz por hectare permaneceu praticamente constante, e a do trigo aumentou muito pouco (1). O aumento de bovinos existentes no Estado aumentou neste período em aproximadamente 1% ao ano, e a relação abate/existência, decresceu (2).

Isto mostra que de modo geral a tecnologia avançou muito pouco no setor agropecuário do Estado, e que se torna necessária uma concentração de esforços e tentativas para atingirmos níveis mais elevados de produtividade.

Como consequência necessária da situação atual, constata-se uma renda média baixa por exploração rural, e esta renda deve ser aplicada em sua quase totalidade na satisfação das necessidades básicas e familiares do empresário. Não existe a formação de capital interno suficiente para investimentos adicionais necessários a um aumento de produtividade.

A maior parte dos solos do Rio Grande do Sul, embora empobrecidos por sistemas exaustivos de cultivo sem manutenção da fertilidade e pelos efeitos da erosão não controlada, respondem favoravelmente a uma boa administração e a aplicação adequada de adubos e calagem, como está sendo testado e demonstrado por Estações Experimentais em várias zonas do Estado.

1) Jorge G. de Oliveira: Um Quarto de Séculos de Dados Estatísticos na produção vegetal do Rio Grande do Sul (1933-1962), pág. 291-296 e, do mesmo autor: Problemas Regionais de Interesse da Economia Rural: II Reunião Anual da SOBER, 1960, pág. 353-359.

2) Jorge G. de Oliveira: Um Quarto de Século de Dados Estatísticos da Pecuária do Estado do Rio Grande do Sul (1940-1964), pág. 37-38.

O Estado possui um alto potencial de recursos naturais. Tecnologias mais apropriadas podem elevar em muito a produtividade. Isto provam os resultados altamente compensatórios que os agricultores e pecuaristas mais eficientes conseguem em regiões onde outros apenas conseguem rendas de subsistência.

2. *A importância do crédito agrícola para o desenvolvimento da agropecuária do Rio Grande do Sul:*

Sabe-se que um dos entraves mais sérios ao desenvolvimento da produtividade agrícola no Rio Grande do Sul, consiste na deficiência de recursos para a introdução de práticas mais eficientes. Torna-se necessário produzir mais por unidade de área explorada e para isto são precisos maiores insumos de capital. Diz o Prof. Rueben Buse: "Muitas das inovações que visam o aumento da produção agrícola podem ser conseguidas sem grande investimentos de capital. Contudo é necessário que haja instituições que garantam um método pelo qual o agricultor possa financiar, com base nos rendimentos futuros, as inovações para as quais foi motivado. No Brasil, em que a maioria dos agricultores não têm liquidez suficiente para financiar as tecnologias tendentes a aumentar a renda, isto é de primordial importância"⁽³⁾.

Em se tratando da situação da agropecuária do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar com segurança que o crédito rural é um fator de capital importância para o desenvolvimento, suposto que seja usado racional e adequadamente⁽⁴⁾.

Espera-se que um bom sistema de crédito rural, adaptado às necessidades dos empresários rurais, constitua uma variável estratégia para romper o círculo vicioso de a renda ser baixa por não haver investimentos, e de não haver investimentos por não haver renda suficiente para que possa haver investimentos.

3. *A Razão de Ser do Projeto Piloto:*

Face à urgente necessidade de promover uma exploração mais eficiente dos recursos naturais existentes no Estado, acham-se em estudo e em vias de execução vários planos amplos de desenvolvimento regional. Entre eles se destacam:

3) Rueben C. Buse: Setôres Prioritários para o Desenvolvimento Econômico do Brasil: IV Reunião Anual da SOBER, 1966, pág. 165.

4) Veja: Bernard L. Erven: An Economic Analysis of Agricultural Credit and Policy Problems, RS, Brasil, pág. 3.

- a) Programa de Desenvolvimento Integrado da Região do Taquari-Antas;
- b) Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio dos Sinos;
- c) Plano Regional para Desenvolvimento da Lagoa Mirim;
- d) Plano de Desenvolvimento da Pecuária;
- e) Plano de Estudos Básicos de Solos (Operação Tatu).

Todos estes planos terão o suporte de vultosas somas de dinheiro, das quais grande parte será destinada a financiamentos agropecuários.

Mas, nem sempre é o acréscimo de financiamentos que aumenta a produtividade. Pode acontecer que “os objetivos para os quais o crédito é usado, a maneira como é aplicado e as condições a que está sujeito, conduzam a uma deteriorização de sua função⁽⁵⁾. Uma utilização inadequada de financiamentos pode constituir um ônus adicional ao empresário em vez de uma auxílio. Por isto é indispensável que o crédito seja dinâmico, isto é: “que no fim do período de financiamento exista uma melhoria de produção e renda ou um aumento do ativo”⁽⁶⁾.

Ora, sob este aspecto dos efeitos reais, em termos de acréscimo de renda ou de produtividade resultantes da utilização de crédito rural, quase não existem estudos no Rio Grande do Sul.

Por isto, agora, quando maiores somas de dinheiro estão sendo destinadas ao financiamento das atividades agropecuárias, é importante testar determinados sistemas de crédito rural para que se consiga maior evidência sobre as condições que proporcionarão aos empresários rurais acréscimos de renda líquida e que os motivarão a introduzir as mudanças tecnológicas indispensáveis a um aumento de sua produtividade.

III. O PROBLEMA DO PRESENTE ESTUDO:

Dados estatísticos dos Bancos, que atendem aos agricultores e pecuaristas de Ibirubá, comprovam que houve um aumento substancial de financiamentos concedidos a partir da introdução do Projeto Piloto e que as quantidades globais aplicadas no município, em 1967, foram consideravelmente

5) Horace Belshaw: Agricultural Credit in Economically Underdevelop Countries, FAO n.º 46, pág. 46.

6) Horace Belshaw: *Ibidem*, pág. 250.

superiores às dos anos anteriores. Houve, portanto, uma resposta positiva dos agricultores à disponibilidade maior de crédito.

Mas, se um dos entraves mais sérios a um aumento de produtividade do Rio Grande do Sul provém da escassez de recursos, a aplicação correta e racional dos mesmos, de acôrdo com as necessidades, as limitações e a capacidade das emprêsas, também é indispensável. Um aumento na aplicação de recursos não proporciona, necessariamente, resultados econômicamente positivos. Em outros termos, um empresário pode ser altamente vantajoso para um agricultor e para outro ser prejudicial.

O problema que se apresenta a êste estudo é o de averiguar:

- a) como e em que proporções se modificou a utilização de crédito rural em Ibirubá, através do Projeto Pilôto; e
- b) que efeitos êste uso mais intenso de crédito acusou sôbre a organização interna e a renda das explorações agrícolas de Ibirubá.

IV. OBJETIVOS:

Através dos seguintes objetivos procurar-se-á dar uma resposta ao problema em fcco:

- 1) Apresentação de uma visão global da utilização de crédito rural formal em Ibirubá, a partir da introdução do Projeto Pilôto.
- 2) Comparação do aumento ocorrido na utilização de crédito formal em Ibirubá, durante a execução do Projeto Pilôto, com montantes de crédito absorvidos no mesmo município e em municípios vizinhos, de características similares, em período anterior ao do Projeto Pilôto.
- 3) Apresentação das características estruturais e operacionais das explorações agrícolas de Ibirubá em 1965 e 1967, tanto através de uma confrontação global, quanto em comparações entre si dos grupos e subgrupos estabelecidos na amostra.
- 4) Análise das mudanças ocorridas em Ibirubá de 1965 a 1967, quer no todo, quer em relação aos grupos e subgrupos.

- 5) Análise das mudanças atribuíveis à influência do Projeto Pilôto e sua interpretação, em termos de política mais eficiente de crédito rural.

V. FONTE DOS DADOS:

Em inícios de 1968, foi realizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS (IEPE) um levantamento por amostragem em Ibirubá, considerando-se como população a ser estudada tôdas as explorações rurais do município. As questões do formulário foram, especificamente, orientadas para os objetivos de avaliação do Projeto Pilôto e testadas antes do levantamento definitivo.

1) *Estabelecimento de subpopulações:*

Devido aos objetivos específicos do estudo, era necessário estabelecer grupos de comparação que permitissem confrontar os participantes do Projeto Pilôto com outros agricultores do mesmo município.

Consta que os mutuários do Banco do Brasil operam com financiamentos acentuadamente maiores do que os demais, e que uma parcela de agricultores não usa crédito formal. Com base nesta situação estabeleceram-se três grupos:

- a) mutuários do Banco do Brasil (BB);
- b) mutuários do Projeto Pilôto (PP);
- c) não mutuários de fontes formais de crédito (NM).

Formam o grupo dos mutuários do BB todos aquêles que tomaram algum empréstimo do Banco do Brasil a partir de 20 de outubro de 1966.

Compõem o grupo dos mutuários do Projeto Pilôto todos os mutuários do Banco do Estado do RGS e/ou da União de Bancos Brasileiros S.A., que tenham tomado empréstimos desses bancos a partir de 20 de outubro de 1966 e não tenham tomado empréstimos do Banco do Brasil, a partir desta data.

São considerados como não mutuários todos aquêles que não tomaram nenhum empréstimo do BB, ou do BERGS ou da UNIBANCOS desde 20 de outubro de 1966. Podem ter tomado empréstimos antes desta data, ou nunca ter trabalhado com crédito formal.

Cada grupo (BB, PP, NM) foi dividido em três subgrupos, tomando-se por base a área explorada em 1967. Esta-

deleceram-se os seguintes limites, baseados na distribuição das áreas exploradas, constantes no levantamento de Ibirubá em 1965:

Primeiro subgrupo: 0 — 20 ha explorados

Segundo subgrupo: 20 — 40 ha explorados

Terceiro subgrupo: 40 ou mais ha explorados.

As unidades de análise são constituídas, não pela utilização das áreas de terra própria dos agricultores, mas pelas áreas que exploram. As áreas exploradas são constituídas por: área de terra própria, mais área de terra arrendada de outros, menos área de terra arrendada para outros. Esquemáticamente:

$$\begin{array}{l} \text{Terra própria} \\ + \text{Terra arrendada de outros} \\ - \text{Terra arrendada para outros} \\ \hline = \text{Terra explorada} \end{array}$$

Para cadastro da população estudada, obteve-se do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) o rol de todas as propriedades cadastradas em Ibirubá, contendo o nome do proprietário, área possuída, distrito e caracterização da propriedade em função do seu módulo.

Para o cálculo do tamanho da amostra, dispunham-se dos seguintes dados:

- a) População do município: 2098 propriedades e suas respectivas áreas de terra própria;
- b) Relação de todos os mutuários do BB: 127 propriedades identificadas no cadastro da população;
- c) Relação dos mutuários do PP, desde outubro de 1966 até setembro de 1967: 540 nomes identificados no cadastro, e que não eram simultaneamente mutuários do BB.

Os dados disponíveis sobre a população a ser estudada apresentavam suas deficiências, que não podiam ser quantificadas: a) a subpopulação dos mutuários do PP não era completa; b) não existe um cadastro com base nas áreas exploradas, mas apenas em relação às áreas de terra própria. Não se podia, antes de partir para o levantamento, estimar a influência dos arrendamentos sobre as áreas exploradas.

A população, com base na área própria, apresentava a seguinte situação:

População de Ibirubá, Subpopulação de Grupos e Subgrupos:

Grupos e Subgrupos	BB	PP	NM	TOTAL
0 — 20 ha	31	247	640	918
20 — 40 ha	41	190	512	743
40 ou mais ha	55	103	279	437
TOTAL	127	540	1.431	2.098

2) *O cálculo da amostra:*

Para o total de cada grupo (subpopulação), do quadro acima, calculou-se um tamanho de amostra pelo sistema de amostragem aleatória simples. Estabeleceu-se um erro relativo máximo de 15% a um nível de significância de 0,10. Como variáveis básicas tomaram-se as medidas de áreas própria, explorada e cultivada, estimando-se as suas variâncias, através de dados obtidos no levantamento realizado no município de Ibirubá, em 1965.

Calculado o tamanho para a amostra de cada subpopulação, foram estas amostras acrescidas de 15% para compensar a inexatidão do nosso cadastro da população. Estas amostras foram proporcionalmente divididas pelos subgrupos. Com base nos critérios acima, estabeleceu-se a seguinte amostra:

Amostra Calculada, Acrescida em 15% em Cada Grupo:

Grupos e Subgrupos	BB	PP	NM	TOTAL
0 — 20 ha	12	32	33	77
20 — 40 ha	16	24	26	66
40 ou mais ha	22	13	15	50
TOTAL	50	69	74	193

3) *Alterações introduzidas em campo:*

As deficiências de cadastro levaram a duas decisões em campo, após o levantamento de duas terças partes da amostra total: a) aumentar a amostra dos mutuários do PP e diminuir, na mesma proporção, a dos Nm, porque se constatou que agricultores, que constavam em nosso cadastro como NM, tinham tomado empréstimos através do Projeto Piloto, passando de NM para mutuários do BB; b) redistribuir a

amostra dos mutuários do BB entre os seus subgrupos, com base na área explorada. Entre 35 levantamentos de mutuários do BB constatou-se, tomada como base não a área própria mas a área explorada, uma concentração, por efeito de arrendamentos, muito maior nas grandes explorações do que assinalavam as áreas próprias. Dêstes 35 levantamentos, 8,6% pertenciam ac primeiro subgrupo, 31,4% ao segundo, e 60,0% ao terceiro subgrupo. Conseqüentemente, redistribuiu-se, nestas proporções, tôda a amostra dos mutuários do BB pelos subgrupos. O levantamento realizado apresenta a seguinte situação final:

Distribuição dos Levantamentos Efetuados:

Grupos e Subgrupos	BB	PP	NM	TOTAL
0 — 20 ha	3	33	31	67
20 — 40 ha	15	27	24	66
40 ou mais ha	31	15	14	60
TOTAL	49	75	69	193

Êstes 193 formulários foram duas vêzes criticados, em campo e no IEPE, e seus dados estão em condições de serem utilizados na análise.

Além destas informações, outros dados serão utilizados na tese:

- a) Informações contidas em um levantamento por amostragem (124 formulários), realizado pelo IEPE em dezembro de 1965, em Ibirubá. Êste levantamento fêz parte de um projeto mais amplo sôbre Crédito Rural, realizado naquela época, em quatro municípios do Rio Grande do Sul.
- b) Relatórios dos Bancos sôbre financiamentos de Crédito Rural.
- c) Cópias dos contratos de financiamentos, realizados com os recursos do Projeto Pilôto.
- d) Relatórios e avaliações periódicas sôbre o andamento do Projeto Pilôto.

FUNCIONAMENTO DO PROJETO PILÔTO

I. ÁREA DE APLICAÇÃO

1. *Características físicas e populacionais:*

Para a execução do Projeto Pilôto foi escolhido o município de Ibirubá, situado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Este município possui os tipos de propriedades mais freqüentemente encontradas no RS tanto no que se refere às formas de organização de estabelecimentos, como em relação à pecuária e aos cultivos empreendidos.

O clima é temperado quente, com chuvas mais ou menos regularmente distribuídas ao longo do ano. No município existem quatro grupos principais de solos, quase todos com alto teor de acidez.

A população do município constava em meados de 1966 de 17.890 habitantes, para uma área de 823 km², o que representa 22 pessoas por quilômetro quadrado. A grande maioria da população é de descendência germânica, encontrando-se também, embora com menor freqüência, famílias de descendência italiana e portuguesa. Na zona rural, encontram-se 77% da população e na zona urbana, 23%.

2. *Atividades econômicas:*

Ibirubá é um município caracteristicamente agrícola, mas em sua sede desenvolve-se atividades industriais, orientadas no sentido de aproveitar os produtos da agricultura.

Na agricultura, predominam as culturas anuais, sendo as principais trigo, soja e milho. Em menor escala, plantam-se arroz, mandioca, cevada, trigo mourisco, linho, batata inglesa, aveia, amendoim e outros. O trigo e a soja se destinam principalmente à venda e às demais culturas, predominantemente ao aproveitamento dentro da exploração.

A suinocultura é a atividade pecuária de maior importância para a Economia do município. Em 1966, o rebanho era de aproximadamente 125.000 cabeças, das quais 61% eram de raça tipo carne. A pecuária de corte é importante, apenas, para um distrito.

II. ENTIDADES PARTICIPANTES DO PROJETO PILÓTO E SUAS RESPONSABILIDADES:

1. *Entidades Participantes:*

Desde a idéia original do Projeto Pilóto, pensou-se em um plano de forças conjugadas de várias Entidades, estabelecendo-se para cada uma, ou para grupos de Entidades, atribuições e responsabilidades específicas.

As seguintes Entidas fazem parte do Projeto Pilóto:

Banco Central do Brasil;
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE);
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BERGS);
União de Bancos Brasileiros S.A. (UNIBANCOS);
Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR);
Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul;
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
U. S. A. I. D.;
Universidade de Wisconsin;
Universidade de Ohio.

Além destas Entidades, que desde a estruturação do Projeto nele se integraram, colaboraram em sua execução o Ministério da Agricultura, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

2. *Atribuições e Responsabilidades das Entidades Participantes:*

As atividades foram divididas em três setores:

- a) *Crédito:* ficou ao encargo do BERGS e UNIBANCOS e parte de aplicação de fundos. O Banco Central do Brasil forneceu o dinheiro.
- b) *Assistência técnica:* previniu-se uma assistência técnica mais intensiva, para auxiliar a aplicação mais eficiente e racional dos recursos. A Secretaria da Agricultura e a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural executariam essas tarefas. Mas, o

Ministério da Agricultura também prestou sua colaboração técnica.

- c) *Pesquisas sobre crédito e avaliação periódicas:* Estudos analíticos do andamento e dos resultados ficaram a cargo do BRDE e das Universidades. Neste setor, cooperou também o INDA, através de avaliações técnicas e concessão de recursos financeiros, condução e pessoal, para várias atividades, particularmente para o levantamento efetuado em princípio de 1968.

III. EXECUÇÃO DO PROJETO PILOTO:

1. *Setor de Crédito:*

Os empréstimos concedidos com os recursos postos à disposição do Projeto Piloto pelo contrato com o Banco Central do Brasil, ficaram sujeitos às normas e condições gerais estipuladas no contrato de refinanciamento.

Além das normas do Banco Central, para aplicação dos recursos destinados ao Projeto Piloto, as Entidades financiadoras traçaram diretrizes próprias para a concessão dos empréstimos, em relação a prazos, valores base para as diversas culturas, teto máximo dos empréstimos, garantias exigidas, etc...

2. *Setor de Assistência Técnica:*

Quando o Projeto começou a ser executado, a assistência técnica integrada no Projeto, foi prestada através de um técnico da Secretaria da Agricultura e dois técnicos da ASCAR. Esta última Entidade destacou em novembro de 1966, em técnico para atender especialmente às solicitações decorrentes do Projeto Piloto. Além destes extensionistas, colaboraram no Projeto agrônomos do Posto Agropecuário do Ministério da Agricultura.

3. *Setor de Pesquisas:*

Os mutuários do Projeto Piloto preencheram, por ocasião da solicitação de crédito aos Bancos, um questionário simples, sobre as suas atividades econômicas. Estes questionários foram encaminhados ao IEPE, juntamente com uma cópia do contrato bancário, servindo como fonte de informa-

ção para avaliações periódicas do andamento do Projeto. Tais informações foram complementadas com dados levantados em visitas, que a coordenação periodicamente realizou, ao município de Ibirubá.

Os dados que o IEPE foi obtendo através dos questionários e dos contratos de financiamento e dos contatos com as autoridades do município, serviram de base para a elaboração de dois relatórios, o primeiro um mês após o início do funcionamento do Projeto, e o segundo em abril de 1967, relatórios estes que foram distribuídos às Entidades participantes e as constatações discutidas para melhorar o andamento do Projeto.

Atualmente, está o IEPE trabalhando na confecção de um relatório global e final do Projeto e em vários trabalhos de análise dos resultados, entre os quais se inclui o presente trabalho.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

A análise abrangerá três partes. As duas primeiras partes tratarão das situações de uso de crédito e das principais características estruturais e operacionais de Ibirubá em 1967. Serão adotados vários sistemas de comparações entre as amostras de 1968 e de 1965, e entre os grupos e subgrupos estabelecidos. Nestas duas partes pretende-se identificar as mudanças ocorridas por influência do Projeto Piloto.

Na terceira parte, serão analisadas estas mudanças em termos de uma melhoria tecnológica e maior eficiência econômica. O que especificamente se pretende, nesta terceira parte, é avaliar, através dos resultados constatados nas partes anteriores, a eficiência do Projeto Piloto, como um sistema de crédito e assistência, e as relações entre a eficiência do crédito, e tamanho, organização e administração das empresas agrícolas.

I. PRIMEIRA PARTE:

Inicialmente, será apresentada uma visão global da utilização de crédito pelos mutuários do PP e do BB e Ibirubá, durante a vigência do Projeto Piloto (primeiro objetivo).

Serão considerados:

- a) Número de empréstimos tomados, global e por fontes;

- b) O valor médio dos empréstimos, global e por fontes;
- c) As principais finalidades dos empréstimos, global e por fontes;
- d) Prazos médios dos empréstimos, global e por fontes;
- e) Número e valor médio dos empréstimos por mutuários.

Os dados serão tirados dos relatórios dos Bancos e das cópias dos contratos de financiamentos do Projeto Pilôto.

O segundo passo consistirá na análise da utilização de crédito, em Ibirubá, durante a vigência do Projeto Pilôto, comparada com o uso de crédito no mesmo município e em municípios vizinhos, de características similares, antes do Projeto Pilôto (segundo objetivo).

As variáveis utilizadas serão, basicamente, as mesmas do objetivo anterior.

As comparações serão feitas através dos relatórios dos Bancos (BB, BERGS e UNIBANCOS) que são os principais agentes de crédito rural da região estudada, e através dos dados que o IEPE possui sobre Ibirubá: levantamentos de 1965 e 1968 e financiamentos do Projeto Pilôto.

Sistemas de comparação:

- a) Dados globais de uso de crédito em Ibirubá, durante a vigência do Projeto Pilôto, com os dados globais de utilização de crédito no mesmo município e em municípios vizinhos em 1965;
- b) Comparação da utilização global de crédito em 1967 e 1965 através dos levantamentos realizados;
- c) Comparações entre si dos grupos e subgrupos estabelecidos na amostra de 1968.

Nesta segunda etapa da primeira parte, serão feitas análises e testes de variância e X^2 das diferenças ocorridas no uso do crédito.

II. SEGUNDA PARTE:

A segunda parte da análise corresponde ao terceiro e ao quarto dos objetivos.

A primeira etapa corresponde ao terceiro objetivo: descrição e comparação das características estruturais e operacionais das explorações agrícolas de Ibirubá em 1967 e 1955. Serão utilizados os dados obtidos nos dois levantamentos.

Os grupos comparados serão:

- a) Amostra de 1968 com a amostra de 1965;
- b) Amostra de 1965 com os grupos de 1968;
- c) Comparações, entre si, dos grupos e subgrupos da amostra de 1968.

Variáveis consideradas:

- 1) Variáveis estruturais:
 - a) Tamanho da empresa, medida em termos de hectares explorados e de unidades animais existentes;
 - b) Utilização da terra;
 - c) Unidades animais existentes;
 - d) Estrutura de capital: relações entre
 - Capital investido e valor da terra própria e benfeitorias;
 - Capital investido e valor do inventário de animais;
 - Capital investido e valor das máquinas e equipamentos;
 - Capital investido e gastos operacionais.
 - e) Fôrça de trabalho por hectare cultivado:
 - Equivalentes-homens disponíveis;
 - Unidades de fôrça de tração animal;
 - Unidades de fôrça de tração mecânica.
 - f) Idade dos administradores e distância da exploração à sede do município.
- 2) Variáveis operacionais:
 - a) Relação entre o total dos gastos operacionais e o valor dos empréstimos novos para gastos operacionais;
 - b) Relação entre investimentos novos e valor dos empréstimos novos para investimentos;
 - c) Gastos operacionais por hectare cultivado;
 - d) Valor da produção de culturas por hectare cultivado;
 - e) Gastos por unidade animal;
 - f) Valor da produção de animais e dos produtos animais por unidade animal;
 - g) Renda da operação agrícola.

Uma análise com teste de variância identificará as mudanças significativas, que se operaram de 1965 a 1967 em Ibirubá.

A segunda etapa desta parte identificará, entre as mudanças constatadas, aquelas que devem ser atribuídas à influência do Projeto Pilôto. Para isto, serão comparadas as mudanças ocorridas entre os participantes do Projeto Pilôto, com as dos outros grupos (quarto objetivo).

III. TERCEIRA PARTE:

Uma vez identificadas as mudanças atribuíveis à influência do Projeto Pilôto, ou então, constatado que não ocorreram tais mudanças, restará analisar a sistemática do Projeto Pilôto como sistema mais ou menos eficiente de crédito rural para acelerar o desenvolvimento econômico rural.

Para esta última parte, serão selecionadas algumas variáveis de maior importância, cuja escolha dependerá dos resultados das partes anteriores.

Comentário: Pérsio de Carvalho Junqueira

Antes de mais nada, quero desculpar-me com o autor por não poder apresentar meu comentário a seu trabalho pessoalmente, em virtude de compromissos anteriormente assumidos.

Ao ler e estudar o trabalho agora em debate, com a finalidade de trazer alguma contribuição ao autor, deparei com uma série de dúvidas e problemas decorrentes de sua apresentação, incertezas essas que em sua maioria foram sanadas em conversa pessoal com o autor.

Com o fito de sistematizar meu trabalho, este será dividido em três partes: Primeira, aspectos gerais quanto à apresentação do trabalho; Segunda, algumas reflexões pessoais com relação ao problema pesquisado; Terceira, algumas idéias relacionadas com a natureza de pesquisa para um estudante pós-graduado.

Conforme expôs o autor, a presente pesquisa originou-se da implantação de um Projeto Piloto de crédito agrícola, no sentido de canalizar recursos oriundos do Tesouro Nacional, para uma modalidade científica de crédito rural orientado, que seria acompanhado de serviços paralelos, todos com o fito de aumentar a produtividade agrícola na região de Ibirubá.

Aqui o objetivo do trabalho é medir as repercussões na produtividade agrícola, dar maior disponibilidade de crédito comparando-a com aquela oriunda do Projeto Piloto.

Nesta parte, ou seja, a de explicação do Projeto Piloto sua motivação e o seu funcionamento, o autor se omite de dados fundamentais para uma análise dos problemas "a priori", tais como: que tipo de crédito é fornecido; investimento ou custeio; qual o montante dos recursos permitido a cada mutuário; a que tipo de seletividade estará sujeito o mutuário, se é que existe alguma, e qual a garantia exigida dos mutuários.

Ao enumerar as entidades participantes, bem como as atribuições de responsabilidade, o autor deixou de citar quais são os outros serviços agrícolas de comercialização e exten-

são rural citados à página 1. Como objetivo prioritário do Projeto Piloto, ao meu ver essa é uma parte muito importante da análise porque há muitos autores que dizem que o nosso maior problema de hoje não é aumentar o volume de produção agrícola, e sim sua comercialização.

Nessa VI reunião, foram levantados aspectos interessantes da comercialização e seus efeitos, sem dúvida alguma se fôsse especificado no trabalho poderíamos discutir e sugerir algo com relação à forma que será adotada na pesquisa, a correlação entre maior disponibilidade de crédito e o conhecimento do serviço de comercialização.

A seguir o autor apresenta problema num estado, citando que dados estatísticos de um banco provam que houve um aumento substancial de financiamentos concedidos à parte da introdução do projeto piloto. Este fato, é uma decorrência normal da maior disponibilidade de recursos através da implantação de um projeto.

A adoção do crédito não é uma questão apenas de educação do mutuário, mas sim, principalmente pela falta de divulgação.

Outro aspecto descrito é a fonte de seus dados, a amostra com a qual está trabalhando, e a metodologia da análise. Pela leitura do documento chegamos à conclusão que o autor se encontra com os levantamentos de 1965 a 1968 e que também está num segundo passo da sua análise, isto é, comparando as amostras, dentro dos grupos e subgrupos.

Deixo de fazer maiores comentários sobre o aspecto formal da seleção de sua amostra, desde que nessa reunião existem especialistas que gostariam de fazê-la. Infelizmente o autor não pôde apresentar conclusões, conforme expôs está trabalhando na pesquisa somente há seis meses.

Com relação ao problema pesquisado, sou de opinião que nós economistas rurais temos um importante papel a desempenhar no campo da pesquisa, no crédito agrícola em relação ao futuro próximo. Concordo plenamente com o autor, quando ressaltava que o empréstimo mal utilizado leva a deteriorização de sua função; também a utilização do crédito para um lavrador que não tenha condições de aplicá-lo poderá ter ação reversiva.

No sentido de colaborar com o autor, desejo levantar alguns problemas que poderá considerar em sua análise.

Nota-se pela exposição que o Banco Central colocou recursos do Tesouro Nacional da ordem de um bilhão de cruzeiros antigos para serem empregados através da rede ban-

cária, e que esta readaptou suas normas para a distribuição dos empréstimos.

Aqui surge um ponto fundamental; de nada adiantará um maior volume de crédito se êste ficar restrito às normas bancárias de garantia real, descontos de juros antecipados, limite por mutuário muito baixo, crédito de investimento a curto prazo e montante reduzido, etc. Caso se verifique êstes casos, o projeto deverá fracassar. Êste fato poderá ser agravado, desde que os parcos recursos e poucos mutuários beneficiados, poderá levar a ser baixa a produção da região.

Um ponto importante citado pelo autor é a possibilidade do aumento da produtividade agrícola com pequenas inversões de capital, o caso do milho híbrido é um exemplo básico de quanto não aumentaríamos a produtividade das lavouras de milho.

Com relação à análise que o autor fará comparando o grupo de mutuários do Projeto Pilôto com o grupo de mutuários do Banco do Brasil, creio que poderão surgir problemas, principalmente, no sentido de que o valor do empréstimo por mutuário e taxas cobradas diferem bastante nos grupos.

Para concluir meu comentário, devo citar alguns fatos, que no meu entender devem ser levados em conta ao delinear um programa de pesquisa.

A universidade, se bem que não a única, mas onde pode se desenvolver, dispõe de amplas possibilidades de realizar pesquisas no campo da economia agrícola, através da utilização de seus estudantes de pós-graduado.

Entretanto, esta pesquisa que deve ter por finalidade treinar estudantes, deve ser dirigida com soluções de problemas práticos.

Aos diretores de cursos pós-graduados cabe a função de maior importância, conseguindo recursos escassos para a pesquisa e solução de problemas de ordem regional ou nacional se possível.

Ao analisar o trabalho do prezado colega sobre êste prisma, creio que há problemas comparavelmente tão importantes ou mais, com relação ao crédito agrícola. Ao me decidir por essa pesquisa eu balancearia entre outros os seguintes: qual a possibilidade de se implantar o crédito orientado, em tôdas as instituições bancárias do país; qual a possibilidade do Projeto Pilôto tornar-se uma modalidade de crédito face às suas restrições no montante com o mutuário na área abrangida e no prazo oferecido; como se enquadra o Projeto

Pilôto na realidade do crédito rural oferecido no país. Caso os especialistas em crédito derem respostas positivas a essas questões o problema deve ser realmente pesquisado.

Finalizando, espero, que meus comentários sejam de utilidade para o desenvolvimento do trabalho elaborado.

Felicito-o pelo mesmo e pela abordagem do campo do crédito agrícola, que é dos mais significativos para o desenvolvimento da agricultura no país.

Obrigado.

Comentador: Olegário Rodrigues Primo

Estamos convencidos que as críticas apresentadas pelo Dr. Pérsio ao trabalho do Dr. Konzen do Rio Grande do Sul, em alguns pontos são críticas bem semelhantes às que apresentamos.

Gostaríamos de salientar que tudo que vamos dizer doravante, tem o propósito fundamental de contribuir para que o seu plano de tese possa alcançar os objetivos delineados pelo Centro de Pesquisas Econômicas, através de seus orientadores, de sua universidade e seu esforço pessoal.

1. Os três objetivos enunciados poderiam se resumir em um assim enunciado:

Medir os efeitos de aplicação mais intensiva de crédito tecnificado em Ibirubá, RGS, e determinar a viabilidade de adoção desse tipo de crédito em planos mais amplos.

Tanto o objetivo n.º 1 como o n.º 3, buscam medir ou conhecer a produtividade agrícola derivada do uso adicional de crédito tecnificado.

Somos de opinião que este objetivo (identificar os ganhos de produtividade) poderia ser ampliado para medir a rentabilidade dos recursos ao nível do grupo de produtores participantes do Projeto Piloto e compará-la com aquela comum aos grupos não participantes.

Sugerimos rentabilidade e não produtividade agrícola, porque a produtividade poderá ser altamente satisfatória e sem embargo disto os investimentos não apresentarem rentabilidade (a mesma ajudará melhor a condicionar a capacidade de reembolso do mutuário junto às instituições financeiras). Há um problema de (custo de fatores que os ganhos de produtividade podem não ser suficientes para compensar). Ademais os investimentos adicionais poderão facilitar a várias empresas atingirem escalas ótimas de produção, aumentando sua lucratividade ou rentabilidade independentemente do alcance de maior nível de produtividade agrícola.

Ademais, o próprio autor, à página 6, reconhece que uma utilização inadequada de financiamento pode constituir um

ônus adicional ao empresário em vez de um auxílio. É preciso, diz êle, que no fim do período de financiamento exista uma melhoria de produção e renda ou um aumento do ativo. Diz mais: “Os objetivos para os quais o crédito é usado, a maneira como é aplicado e as condições a que está sujeito, conduzem a uma deterioração de sua função”.

2. O Banco Central do Brasil colocou à disposição do PP (um milhão de cruzeiros novos) mas o autor, embora se tratando de Projeto Experimental, não menciona a que taxa (de juros) os financiamentos foram concedidos.

3. O autor, à página 4, refere-se à “existência de uma renda média baixa por exploração rural (diria por empresa rural) e esta renda, deve ser aplicada, em sua quase totalidade na satisfação das necessidades básicas e familiares do empresário”.

Ora, nota-se aí que os empresários, no RGS, possuem baixa capacidade de poupança e portanto pouca capacidade de investir. O Dr. John K. Galbraith ao falar sobre as condições que devem preceder o emprêgo do crédito agrícola, (1) salienta que os possíveis mutuários, devem ser relativamente independentes de seus credores, se pretendem obter empréstimos a longo prazo. Só se pode lograr esta independência se os possíveis mutuários dispõem de uma renda bastante estável e progressiva e que esteja acima das necessidades básicas do agricultor”.

De certo modo, esta condição abre um círculo vicioso; o camponês pobre que deve investir a fim de poder lograr um rendimento maior não pode fazê-lo porque se encontra endividado, com compromissos a saldar a curto prazo, dívida que teve de contrair para poder cobrir suas necessidades diárias.

Uma segunda condição diz respeito ao sistema de posse da terra — “Nenhum agricultor investirá dinheiro ou esforço em uma empresa, a não ser que esteja absolutamente certo de que êle ou sua família, haverão de se beneficiar com essa inversão.

Portanto, os arrendatários ou parceiros, ainda que estivessem em uma posição financeira que permitisse investir, não o fariam nas áreas que estão cultivando, a não ser que existam contratos ou disposições que regulem a posse dessas áreas durante um apreciável período de tempo”.

Então, como o Projeto Piloto de Ibirutá, tomou por base

(1) Citado em El Empleo Del Crédito En El Desarrollo Agrícola — Recife 1958 — Paulo Kohn.

empresários de nível de subsistência e incluiu terras arrendadas de terceiros (ver pág. 11), acreditamos que a experiência piloto de Ibirubá está sendo conduzida, de certo modo, com um painel de produtores que, pelo menos de acôrdo com Galbraith, não é tècnicamente ideal.

4. O autor diz à página 5 que o Estado do R. G. do Sul possui um alto potencial de recursos naturais. Tecnologias mais apropriadas podem elevar, em muito, a produtividade.

Isto provam os resultados altamente compensatórios, que os agricultores e pecuaristas mais eficientes, conseguem em regiões onde outros apenas conseguem renda de subsistência”.

Somos de opinião que se já existem evidências, como parece ser a tese do autor, de que novas tecnologias tornaram certas firmas mais prósperas e rentáveis no RGS, essas evidências (identificadas e medidas) poderiam apressar muito mais a implantação ali dos planos de desenvolvimento agropecuário, que as demoradas experiências do Projeto Pilôto de Ibirubá.

5. À página 6, o autor explica a razão de ser do Projeto Pilôto, e esta se fundamenta no fato de haver vários planos já elaborados, e alguns deles prevêm a aplicação de vultosas somas de dinheiro no setor agropecuário. O Projeto Pilôto funcionaria como teste prático para implantação daqueles planos.

Temos três motivos para discordarmos do autor:

1. *De ordem técnica*: Se os planos de desenvolvimento foram bem elaborados, devem ter apresentado análises tècnicamente aceitáveis sôbre custos e benefícios ou sôbre rentabilidade sócio-econômica dos planos (devem haver delimitados e medidos objetivos a atingir). Estes planos levaram, naturalmente, em consideração outros aspectos da economia nacional (o que não poderá ser o caso do Projeto Pilôto de Ibirubá).

2. *De ordem macroeconômica* — O autor deve mencionar a existência de outros planos similares aos do RGS e que, se devem ser implantados, disputarão os recursos escassos e complementarão os planos gaúchos ou competirão com êle, aumentando ou reduzindo sua rentabilidade ou sua probabilidade de sucesso. Sômente para lembrança, Minas Gerais possui:

1. Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste.

2. Plano de Desenvolvimento da Pecuária (Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo).
3. Plano de Expansão de sua Rêde de Armazéns e Silos.
4. Projeto de Centros de Abastecimento.
5. Plano de Pecuária (Livestock Project) envolvendo RGS, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais).

3. *De ordem temporal ou filosófica* — A experiência do Plano Pilôto de Ibirubá poderá ser inegavelmente útil, mas não creio que seria aconselhável colocar vários planos importantes em banho-maria ou à espera das experiências sendo conduzidas ali para, somente depois de colhidos resultados, que ainda dependem de riscos e incertezas locais, serem abandonados ou implantados. Esse fato me faz recordar as tentativas de implantação de comunidades ideais.

Não há tempo a perder neste país, se êle quer progredir dentro das condições contemporâneas.

Ora, o Projeto Pilôto iniciou-se em agosto de 1965 e, atualmente, decorridos mais de 2 anos, ainda não dispomos dos resultados.

6. À página 1, o autor apresenta três objetivos (propostemos integrá-los em um) e à página 9 êle apresenta cinco. Somos de opinião que esse assunto deve ser objeto de uma reelaboração técnica, de tal modo a simplificar e melhorar a composição e a distribuição da matéria ao longo de sua tese.

7. À página 14 o autor, após ressaltar que sua amostra total se compunha de 193 firmas e que os questionários foram testados e criticados 2 vezes pelo IEPE, mostra que utilizará também, em sua tese, dados de mais =24 questionários relativos a uma pesquisa mais ampla realizada em Ibirubá em 1965. A menos que os objetivos desse levantamento estejam diretamente relacionados com os objetivos do Projeto Pilôto, nós não sabemos se vale a pena ou não incluir, em sua tese, essas informações, a menos que esta inclusão tenha caráter técnico ou descritivo. Os demais informes servem para ilustrar fatos.

8. O autor, à página 15, destaca que na agricultura predominam as culturas anuais, sendo o trigo, a soja e o milho as principais. Destinam-se principalmente à venda. Depois, à página 16, salienta que a suinocultura é a atividade pecuária de maior importância para a economia do município — o rebanho era predominante de tipo carne (61%) e

se compunha de 125.000 cabeças em 1966. Gostaríamos de saber quais os procedimentos mercadológicos usados pelos produtores de suínos, quanto à aquisição de rações para êsses animais, e se os agricultores são também suinocultores.

9. À página 16 o autor apresenta uma ampla lista de instituições que se integraram para colaborar na execução do Projeto Pilôto de Ibirubá (12 entidades) e à página 16 e 17, ao definir as responsabilidades de cada uma,, se esquece de mencionar a tarefa que cabe à USAID. Pareceu-nos, então, mais uma cortesia do autor a inclusão da USAID na lista. Gostaríamos de saber com quem ficou de fato a coordenação do Projeto Pilôto, pois à página 17 apenas menciona que as pesquisas ficaram a cargo das universidades.

10. Na página 17, constam as normas que disciplinaram a aplicação dos recursos do Banco Central no Projeto Pilôto, mas não menciona taxas de juros, prazos, etc. Como o teste ali, tem por objetivo, viabilizar a aplicação de maiores somas de recursos alhures no Rio Grande do Sul e no Brasil, nós temos particular interesse em conhecer mais o assunto.

11. À página 20, salienta que fará análises e testes de variância de x^2 das diferenças ocorridas no uso do crédito (entre os períodos de 1965 a 1968 e, entre grupo de firmas). Acredito que êsses exames poderão encontrar diferenças que apenas aparentemente serão significantes, caso o autor não se lembre de deflacionar os seus dados (ou pelo menos descontar a correção monetária). Também à página 21, quando o autor pretende comparar valores (quantidades x preços) de 1965 com valores de 1967 e usar provas de variância para identificar prováveis diferenças, deve necessariamente, submeter os seus dados a um processo de achatamento, via deflator ou índices de correção monetária, do contrário suas conclusões serão inaceitáveis.

12. Lamentamos profundamente que um estudo sobre crédito rural, no município de Ibirubá, venha sendo conduzido desde 1965 e, praticamente 3 anos depois, não tenhamos ainda nenhuma evidência, sobre as implicações e os resultados dessa experiência. Praticamente nesse período fêz-se o projeto do Centro Industrial de Aratu (CIA) e ali um parque industrial já se implanta, havendo mesmo várias fábricas já produzindo. É verdade que a agricultura chega sempre atrasada.

13. Acreditamos que a experiência de Ibirubá não possa, por uma imensa série de motivos, ser transplantada para outras áreas do Brasil, e lamentavelmente, não terá aquela significação que nós profundamente gostaríamos que tivesse.

14. Todavia, o Dr. Otto Konzen, seus orientadores e as instituições que participam do Projeto de Ibirubá, merecem nossos melhores aplausos por tentarem estudar um assunto (Crédito Rural), que em maior dimensão, é de suma relevância para o desenvolvimento da agropecuária brasileira.

Comentador: Dr. Pacheco

Queria dar os parabéns pela iniciativa dessa pesquisa, e gostaria de pedir alguns esclarecimentos ao autor sôbre alguns pontos:

1 — Na duração do projeto; em quanto tempo estará previsto o desenvolvimento dessas aplicações no crédito rural dentro desse projeto piloto, porque o desenvolvimento é condicionado a uma mudança de expectativa e a mesma foi condicionada por sua vez ao problema de continuidade, e se obtemos um empréstimo e depois não temos esperança de poder continuar quando termina, porque dadas as condições, principalmente das pessoas de baixa renda, não há possibilidade de rejeitá-lo e ficar com um “back-ground” suficientemente estabelecido para depois continuar na atividade.

2 — Dado o período acrescido em que a posição de resgate do empréstimo a curto prazo, 40 ou 45 dias após a colheita então parece-me, pelo menos nas condições nossas aqui no Brasil Central que os produtores ficariam jogados nas malhas da comercialização, nem presos nêsse gargalo do comércio, sem poder auferir os lucros ou a rentabilidade real de seu esforço, êle não tem possibilidade de esperar mais um pouco para as condições de mercado, então a rentabilidade do empréstimo decairá.

3 — A situação de antes e de após implantação do projeto, pelo menos para mim, não ficou bem clara; como é que estava a situação anterior desse mutuário, e a sua situação posterior.

4 — A caracterização do mutuário em face a outros tipos de crédito, sendo usado êsse ou outros tipos então, ao meu ver, dificilmente se conseguirá separar o efeito desse tipo de crédito nas áreas dadas como por exemplo dos outros empréstimos adicionais talvez mesmo nas áreas mais adiantadas.

Essas são as perguntas que eu gostaria de fazer e de receber um esclarecimento.

Comentador: Peterson

Apenas com o sentido de colaborar com o autor do trabalho, seria interessante que no decorrer da sua tese êle situasse bem o que é o crédito orientado, porque segundo o que conheço, êle não poderia suceder nos tipos de empréstimos orientado e também não sei se ouvi bem, mas parece que o autor falou em financiamento orientado e, seria interessante que ficasse bem claro o que o projeto entende pelo mesmo. Portanto que eu conheço, não poderia se revestir de características de crédito orientado.

É só.

Dr. Konzen

Tenho pela frente uma série de perguntas a responder e vou procurar respondê-las na medida do possível com a máxima objetividade. Dentre as observações que recebi, creio que muitas podem e acho vão ser contribuições para elaborar minha tese, nesse sentido agradeço a colaboração recebida. Existem pontos que pretendo retificar e também esclarecer através de uma explicação, porque na apresentação que fiz, foi realmente resumida; a tese vai incluir mais dados e mais aspectos do que os apresentados nessa meia hora.

Comentário do Dr. Pêrsio

Êle relaciona o tipo de crédito e eu creio que em parte respondi na minha introdução aqui, explicando um pouco mais dos sistemas de crédito que era caracteristicamente crédito corrente, e não era orientado. Não creio que eu tenha falado na tese de crédito orientado, mas sim de crédito corrente, com maior disponibilidade de assistência técnica, para apresentar na aplicação do mesmo, isto faz parte dos efeitos do empréstimo corrente, quando acompanhado de certos serviços adicionais, de modo que o plano piloto não tece inicialmente objetivo do financiamento orientado na disponibilidade de maior volume de dinheiro a ser concedido aos agricultores e, disponibilidade maior de assistência técnica para aqueles agricultores que quisessem se assessorar da orientação técnica.

Todos êsses serviços de orientação, mas orientação em massa, não individual, os bancos concediam crédito aos que solicitavam com condições mínimas de poder alcança-lo.

No que tange às condições gerais de financiamento, de taxa de juros, etc., creio que com isso respondo também uma questão do Dr. Olegário, relacionadas às condições normais estabelecidas pelo Banco Central, não entrei em detalhes, porque creio que o que temos de taxa de juros, permissão ou não permissão, e quais os testes para os quais é possível cobrar juros antecipadamente, me pareciam apenas a necessidade de uma participação maior com relação a isso: os Bancos mantiveram as mesmas normas, 13% ao ano, e o valor não ultrapassava a 200 vezes o salário mínimo regional, o juro pode ser descontado antes do pagamento, o que foi alterado antes da segunda metade do ano de 67.

Temos uma questão do Dr. Pérsio quanto às normas lançadas não apropriadas à utilização. Sabemos que muitas delas não são adaptadas, principalmente quando trata de prazos e particularmente prazos de investimentos, como seja, instalações, compra de animais de produção. Isso muito pouca gente sabe e praticamente desconhece que houve um esforço de se conseguir uma prorrogação dos mesmos. Nesse sentido, os Bancos estabelecendo os prazos máximos de um ano e também não adaptando como deveriam às necessidades dos agricultores, criaram um problema que o crédito rural encontra, quando os direitos das entidades financeiras também têm o direito de estabelecer suas normas convenientes ao seu ponto de vista. Realmente certas normas estabelecidas não eram das mais apropriadas, mas são uma constatação do sistema de crédito rural vigente que merece agora uma orientação mais apropriada.

No que se refere à escolha do tempo, o projeto foi implantado em 1966.

Em 1965 o IEPE realizou um estudo mais geral sobre problemas de situação do crédito no Rio Grande do Sul, enquanto tempo da contratação em 1965 organizou-se os planos de elaboração de um projeto experimental para testar resultados e esse projeto foi edificado e implantado na segunda metade de 1966, entrando na parte preparativa em julho/agosto, enquanto que a implantação total foi em fins de outubro de 1966. Portanto o plano vigorou durante 1 ano e 3 meses. E eu pretendia iniciar o financiamento já em setembro, quando se inicia a época do plantio de milho e soja, mas devido às dificuldades de concretizar entendimentos com o Banco Central, atrasou um pouco o início do empréstimo, que começou apenas em outubro de 1966.

O período que está analisado é o de outubro de 66 até fins de 67, 1 ano e pouco de experiência, que pode ser curto para encontrar resultados, mas com as avaliações periódicas, a direção executiva era constituída por um representante do Banco Regional do Desenvolvimento Econômico, Dr Rubens Julien, IEFE, representado pela universidade de Viçosa.

O território federal do Rio Grande do Sul, tem convênio de professores especialistas da universidade de Viçosa, trabalhando na universidade do Rio Grande do Sul, mas é um convênio feito através da USAID, que escolheu a universidade de Wisconsin como entidade que faz o relacionamento de professores. Muitas das pesquisas foram financiadas pela USAID.

Esse projeto piloto que tem três objetivos, citados na primeira página do meu trabalho, são os objetivos a que se propôs o projeto em 1966, portanto não são os da minha análise, são objetivos que constam do projeto original da implantação e execução desse plano experimental. Existem portanto diferenças de motivos que menciono e são uma análise dos resultados conseguidos através desse plano piloto que se propõe àqueles 3 objetivos que mencionei na 1.^a página.

Existe aí um problema de entendimento que talvez não foi claro na apresentação do trabalho, mas escolhi este tema para minha tese, porque houve um interesse por parte da instituição que já tinha praticamente o compromisso dessa análise, que fazia parte do projeto piloto; é essa portanto a razão da minha escolha para esse tema. E não outra, embora eu saiba da existência de vários problemas importantes a serem pesquisados.

São essas as respostas que eu daria ao Dr. Pérsio.

Comentário do Dr. Olegário

Já respondi em parte ao primeiro problema apresentado pelo Dr. Olegário, sobre a elaboração dos objetivos que são dois e bem distintos. Os dois objetivos iniciais do projeto piloto, e os que existem na minha análise, são uma avaliação dos resultados provenientes desse projeto piloto.

No que se refere a visar uma avaliação da produtividade, ou da rentabilidade, também me parece que é uma questão de opção. É um dos objetivos que o projeto piloto tem, e que

podem ser discutidos. Entretanto, o plano de minha tese, é a avaliação dos resultados concernentes a êsse projeto, e tenho que formar os aspectos que são derivados dêstes, de modo que, sòmente integrei nos objetivos do mesmo.

Ainda com relação à rentabilidade, nós temos no IEPE, várias pesquisas e estudos realizados em outros municípios como o de Estrêla e Santa Rosa, além de mais 7 ou 8 municípios, nos quais constatamos que a renda líquida do agricultor é baixa, particularmente nas emprêsas pequenas, e tenho dados aqui, que não mencionarei para não me alongar.

Todavia, temos que, nas propriedades de mais de 100 hectares a rentabilidade é superior ao salário mínimo, e noutras corresponde a meio salário mínimo.

Nós já constatamos que em alguns casos o uso do crédito rural piorou a situação do agricultor, o que nos leva a emprender uma maior seletividade das propriedades, pois, o objetivo do crédito rural é o desenvolvimento agrícola e o aumento da rentabilidade, e não o de atender às necessidades urgentes que se apresentam.

A conclusão a que se está chegando, é de que o crédito agrícola deve ir aumentar a seleção das propriedades e talvez uma intensificação maior da orientação técnica e também uma fiscalização da educação. Vimos que o dinheiro tomado para certo fim era aplicado para outro. A fim de dar idéia sabemos que 10 a 12% não era aplicado na atividade indicada ao Banco, e isso acontece devido à falta de fiscalização.

Outra observação que foi feita, é em relação aos investimentos de arrendatários. Em Ibirubá, êsses casos foram poucos, no que se refere a arrendatários que não possuíssem terras. O que acontece é que muitos agricultores, essencialmente os maiores, arrendam além das suas terras, as terras de outros.

A finalidade do empréstimo, é quase que exciusivamente o custeio da lavoura e a compra de equipamentos. Pode ser feito tanto pelo proprietário como pelo arrendatário.

A afirmação de que o projeto piloto é uma experiência, é plenamente válida. Mas devemos aplicá-las em outras áreas e que essas outras não se interessem pelos nossos projetos.

Entretanto os mesmos devem ser estudados para que sua aplicação seja adequada a cada área.

Ainda não foram divulgados os resultados, a não ser alguns constatados durante a execução, através de relatórios dos participantes. Infelizmente só tenho um exemplar de

cada relatório, mas terei prazer em mostrá-lo a quem se interessar.

Quanto à comparação entre as amostras de 65/68, são representativas e iguais em algumas condições, e eu não tenho êsses detalhes.

Comentário do Dr. Pacheco

Já respondi em parte às perguntas em esclarecimentos anteriores.

Com relação à duração do projeto, êle foi lançado na 2.^a metade de 1966, com o funcionamento total a partir do dia 20 de outubro e executado até o fim de 1967.

Os recursos colocados à disposição do projeto piloto (um milhão de cruzeiros novos), foram aplicados através do sistema de crédito corrente e, já foram utilizados 75% do valor total nos primeiros 6 meses e os restantes 25% nos últimos 6 meses

A orientação técnica depois de 1 ano afrouxou um pouco.

Com relação aos prazos de amortização, é verdadeiro afirmar que eram feitos em muitos casos de 45 a 60 dias. Houve casos em que o agricultor se viu forçado a vender para atender às necessidades.

O Dr. Pacheco queria ainda algumas informações sôbre a caracterização que devido à sua complexidade, explicarei particularmente.

Comentário do Dr. Peterson

O problema lançado pelo Dr. Peterson, acho que respondi antes, sôbre o plano de crédito orientado ou outro tipo de financiamento.

Não sei se consegui sanar os problemas levantados, mas gostaria de agradecer a contribuição recebida, e procurarei aproveitar as informações.

Obrigado.